

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.839 - PR (2019/0167069-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : ANA LUZIA MENESES NAVARRO
ADVOGADO : LEÔNIDAS SANTOS LEAL - PR060043
SOC. de ADV. : LEÔNIDAS LEAL SOCIEDADE DE ADVOGADOS
RECORRIDO : CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : GERALDO NOGUEIRA DA GAMA - PR030366

EMENTA

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE DESPESAS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 186 E 927, TODOS DO CC/2002. DANO MORAL. NÃO COMPROVADO. SÚM. 7/STJ. PRECEDENTES. SÚM. 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. "A verificação do dano moral não reside exatamente na simples ocorrência do ilícito, de sorte que nem todo ato desconforme o ordenamento jurídico enseja indenização por dano moral. O importante é que o ato ilícito seja capaz de irradiar-se para a esfera da dignidade da pessoa, ofendendo-a de maneira relevante. Daí porque doutrina e jurisprudência têm afirmado, de forma uníssona, que o mero inadimplemento contratual - que é um ato ilícito - não se revela, por si só, bastante para gerar dano moral." Precedente - (AgRg no REsp 1269246/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/05/2014, DJe 27/05/2014)

2. No caso dos autos, a Corte de origem concluiu que, embora tenha havido controvérsia quanto à obrigatoriedade de cobertura do tratamento médico, não ficou configurada nenhuma circunstância fática que tenha agravado a esfera psíquica da autora, a ponto de gerar o direito à reparação por danos morais.

3. Infirmar as conclusões do julgado, alterando as premissas fáticas nele delineadas para reconhecer a configuração dos danos morais pleiteados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ANA LUZIA MENESES

NAVARRO, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado (fl. 323-324):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PLANO DE SAÚDE – ENTIDADE DE AUTOGESTÃO – INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – ENTENDIMENTO DO STJ (RESP 1285483/PB) – NEGATIVA DE COBERTURA DE TRATAMENTO - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - SITUAÇÃO QUE NÃO EXTRAPOLOU O MERO DISSABOR - INDENIZAÇÃO AFASTADA – REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - RECURSO PROVIDO.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 186 e 927, todos do CC/2002.

Sustenta, em síntese, que a conduta da recorrida lesou a esfera moral da recorrente, ao recusar injustificadamente a cobertura de despesas do plano de saúde, ressaltando "*que se tratava de um procedimento de urgência que se não fosse realizado ensejaria sem dúvidas a morte*" da recorrente, e propugna pela condenação a título de danos morais "*in re ipsa*", conforme valor que havia sido determinado na sentença (R\$ 20.000,00).

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 411-420.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 461-462).

É o relatório.

DECIDO.

2. No caso em apreço, a parte recorrente se insurge contra o acórdão recorrido que reformou a sentença para afastar a indenização pelos danos morais que aduz ter sofrido.

Sobre a questão, o acórdão considerou que a situação relatada nos autos não passou do mero dissabor, incapaz de atingir a esfera psíquica da autora de forma tão negativa, a ponto de gerar o direito à reparação por danos morais, concluindo pela inexistência de danos morais indenizáveis, e assentou (fl. 331-338):

Considerando-se que restou incontroversa a questão relativa à obrigação da requerida de cobertura do tratamento pleiteado na exordial, passa-se à análise da configuração, ou não, do dano moral.

Sua reparabilidade ou ressarcibilidade é pacífica na doutrina e na jurisprudência, mormente após o advento da Constituição Federal de 5.10.88 (art. 5º, incisos V e X), estando hoje sumulada sob o nº 37, pelo STJ.

[...]

Isso é, o dano moral indenizável é aquele que **pressupõe dor física e**

moral e se configura sempre que alguém aflige outrem injustamente, em seu íntimo, causando-lhe dor, constrangimento, tristeza, angústia, sem, com isto, causar prejuízo patrimonial. Alcança valores ideais, embora simultaneamente possa estar acompanhado de danos materiais, quando se acumulam.

Saliente-se, ainda, por oportuno, que **este relator perfilhou-se ao novo entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que a injusta recusa de cobertura securitária médica é capaz de desencadear indenização por abalo moral, desde que comprovado que tal conduta ocasionou consequências que ultrapassaram o simples desconforto e mal-estar, agravando claramente o emocional e psicológico do titular do plano.**

[...]

E, na hipótese dos autos, **conquanto seja inconteste que a negativa de cobertura foi ilegítima, tal conduta não teve o condão de gerar abalo psíquico suficientemente grave a ensejar a reparação por danos morais, até porque não se vislumbra que tenha resultado no agravamento do quadro clínico da postulante.**

Isso porque, **os procedimentos foram requeridos (tromboembolectomia da fístula, flebografia e angiografia) em 27/11/2015 (mov. 1.1).**

A antecipação de tutela foi concedida em 02/12/2015 (mov. 13.1) e cumprida pela ré em 07/12/2015 (mov. 25.2), ou seja, a cobertura foi concedida em curto prazo, não havendo qualquer demonstração de que a demora haja agravado o estado de saúde da paciente.

Desta forma, não restou configurada a ocorrência de danos morais passíveis de indenização, mas apenas meros aborrecimentos decorrentes do inadimplemento contratual.

[...]

Afasta-se, portanto, a condenação da operadora do plano de saúde à reparação de danos extrapatrimoniais.

A solução conferida à lide impõe a redistribuição das verbas de sucumbência, nos termos do artigo 86 do Código de Processo Civil/15, devendo a parte autora arcar com 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, recaiando sobre a ré a obrigação de adimplir os 50% (cinquenta por cento) restantes, devendo ser mantido o valor dos honorários advocatícios fixados em sentença (15% sobre o valor da causa), por ausência de recurso, sendo vedada a compensação.

Neste ponto, o Tribunal local não destoou da jurisprudência desta Corte Superior ao deixar de reconhecer a ocorrência de danos morais, não podendo a recusa por parte da operadora do plano de saúde gerar o direito à reparação por danos morais.

Nesta linha, o recurso não merece ser provido quanto à questão referente ao cabimento de danos morais. Isso porque o simples inadimplemento contratual não gera, em regra, danos morais, por caracterizar mero aborrecimento, dissabor, envolvendo controvérsia possível de surgir em qualquer relação negocial, sendo fato comum e previsível na vida social, embora não desejável nos negócios contratados.

Com efeito, *"a verificação do dano moral não reside exatamente na simples ocorrência do ilícito, de sorte que nem todo ato desconforme o ordenamento jurídico enseja indenização por dano moral. O importante é que o ato ilícito seja capaz de irradiar-se para a esfera da dignidade da pessoa, ofendendo-a de maneira relevante. Daí porque doutrina e jurisprudência têm afirmado, de forma uníssona, que o mero inadimplemento contratual - que é um ato ilícito - não se revela, por si só, bastante para gerar dano moral."* (AgRg no REsp 1269246/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/05/2014, DJe 27/05/2014).

Ao assim decidir, o acórdão recorrido à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise soberana do contexto fático-probatório dos autos, entendeu que ficou cabalmente demonstrada nos autos a ausência de conduta da parte recorrida capaz de gerar abalo moral à parte recorrente.

Dessa forma, o Tribunal local decidiu em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que, quando a situação experimentada não tem o condão de expor a parte a dor, vexame, sofrimento ou constrangimento perante terceiros, não há falar em dano moral, uma vez que se trata de circunstância a ensejar mero aborrecimento ou dissabor, mormente quando mero descumprimento contratual que embora tenha acarretado aborrecimentos não gerou maiores danos à recorrente.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VEÍCULO AUTOMOTOR. BAIXA DE GRAVAME. DEMORA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega ofensa ao art. 535 do CPC e não demonstra, clara e objetivamente, qual ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido não foi sanado no julgamento dos embargos de declaração.

2. O inadimplemento contratual gera, ordinariamente, os efeitos estabelecidos no art. 389 do Código Civil, segundo o qual, "não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado".

3. Somente haverá indenização por danos morais se, além do descumprimento do contrato, ficar demonstrada circunstância especial capaz de atingir os direitos de personalidade, o que não se confunde com o mero dissabor.

4. O simples atraso em baixar gravame de alienação fiduciária no registro do veículo automotor não é apto a gerar, *in re ipsa*, dano moral, sendo indispensável demonstrar a presença de efetivas consequências que ultrapassem os aborrecimentos normais vinculados a descumprimento contratual. Nessa linha: REsp n. 1.653.865/RS, Rel.

Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23.5.2017, DJe 31.5.2017.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido.

(REsp 1599224/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

3. Ademais, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de reconhecer o cabimento dos danos morais, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. RECUSA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA. ALTERAÇÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o simples inadimplemento contratual não gera, em regra, danos morais, por caracterizar mero aborrecimento, dissabor, envolvendo controvérsia possível de surgir em qualquer relação negocial, sendo fato comum e previsível na vida social, embora não desejável nos negócios contratados.

2. No caso dos autos, a Corte de origem, ao dirimir a controvérsia, constatou que, embora devido o pagamento do seguro de vida, não ficou configurada nenhuma circunstância fática que tenha agravado a situação da autora, não sendo o caso de reconhecer o direito a indenização por danos morais.

3. Infirmar as conclusões do julgado, alterando as premissas fáticas nele delineadas para reconhecer a configuração dos danos morais pleiteados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1553703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 07/02/2017)

4. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator